



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

**MACAPÁ - AP
2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 108/2010 e 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**MACAPÁ - AP
2012**

SUMÁRIO

Lista de abreviações e siglas	5
Organograma Funcional Quadro I	6
INTRODUÇÃO	9
Quadro II- Comparativo das cotas orçamentárias dos tres últimos exercícios	11
A- Conteúdo Geral	12
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	12
Quadro III - Identificação das UJ no R. G. Individual	12
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	13
2.1 - Responsabilidades institucionais	13
2.1.1 - Competência institucional	13
2.1.2 - Objetivos estratégicos	14
2.2 - Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.	15
2.2.1 - Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	15
2.2.2-Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão:	15
2.3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	17
2.3.1 - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	17
2.3.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ	17
Quadro IV - Execução Física das ações realizadas pela UJ	17
2.3.2.1 – Ação 0181 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	17
2.3.2.2 - Ação 2000 – Administração da Unidade	18
2.3.2.3 - Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Publica	18
2.3.2.4 - Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços de Interesses da União	20
2.3.2.5 - Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	20
Quadro V - Ações de capacitação	20
2.3.2.6 - Ação 7L82 - Construção do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá	21
2.3.2.7 - Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	21
2.3.2.8 - Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal	21
2.4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro	22
2.4.1 - Programação orçamentária da despesa	22
Quadro VI - Identificação das Unidades Orçamentárias	22
2.4.2 - Execução Orçamentária da Despesa.	22
Quadro VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação - UG 200402	23
Quadro VIII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação - UG 200403	23
Quadro IX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação 200402	24
Quadro X - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200403	25
Quadro XI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200402	26
Quadro XII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - UG 200403	26

2.4.3 - Indicadores Institucionais	27
Quadro XIII – Relação entre IPL´s Instaurados e Relatados	28
Quadro XIV – Laudos emitidos de janeiro a dezembro de 2011 - Mensal	29
Quadro XV – Laudos emitidos em 2011 por área	29
2.4.4 - Indicadores de Arrecadação	29
3. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	29
3.2 - Análise Crítica	30
4. - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	30
4.1 - Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	30
Quadro XVI – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	30
4.2 - Análise Crítica	31
5. Recursos Humanos	31
5.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos	31
Quadro XVII - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011	31
Quadro XVIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	31
Quadro XIX – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2011)	32
Quadro XX – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Sit. em 31/12/2011	32
Quadro XXI – Quantidade de servidores da UJ por escolaridade - Sit. em 31/12/2011	32
5.2 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	33
Quadro XXII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro de 2011	33
Quadro XXIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011	33
5.3 - Composição do Quadro de Estagiários	34
Quadro XXIV - Composição do Quadro de Estagiários	34
5.4 - Quadro de custos de Recursos Humanos	35
Quadro XXV - Quadro de custos de recursos humanos exercícios de 2009, 2010 e 2011	35
5.5 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	35
Quadro XXVI - Contratos prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	36
Quadro XXVII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	37
5.6 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	38
6. - Transferências	38
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	39
Quadro XXVIII – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	39
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	40
QUADRO XXIX– DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	40
9. Sistema de Controle Interno	41
Quadro XXX - Estrutura de controles internos da UJ	41
10. Sustentabilidade Ambiental	43
10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	43
Quadro XXXI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	43
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário	44
11.1 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	44
Quadro XXXII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	44
Quadro XXXIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	45
Quadro XXXIV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	45

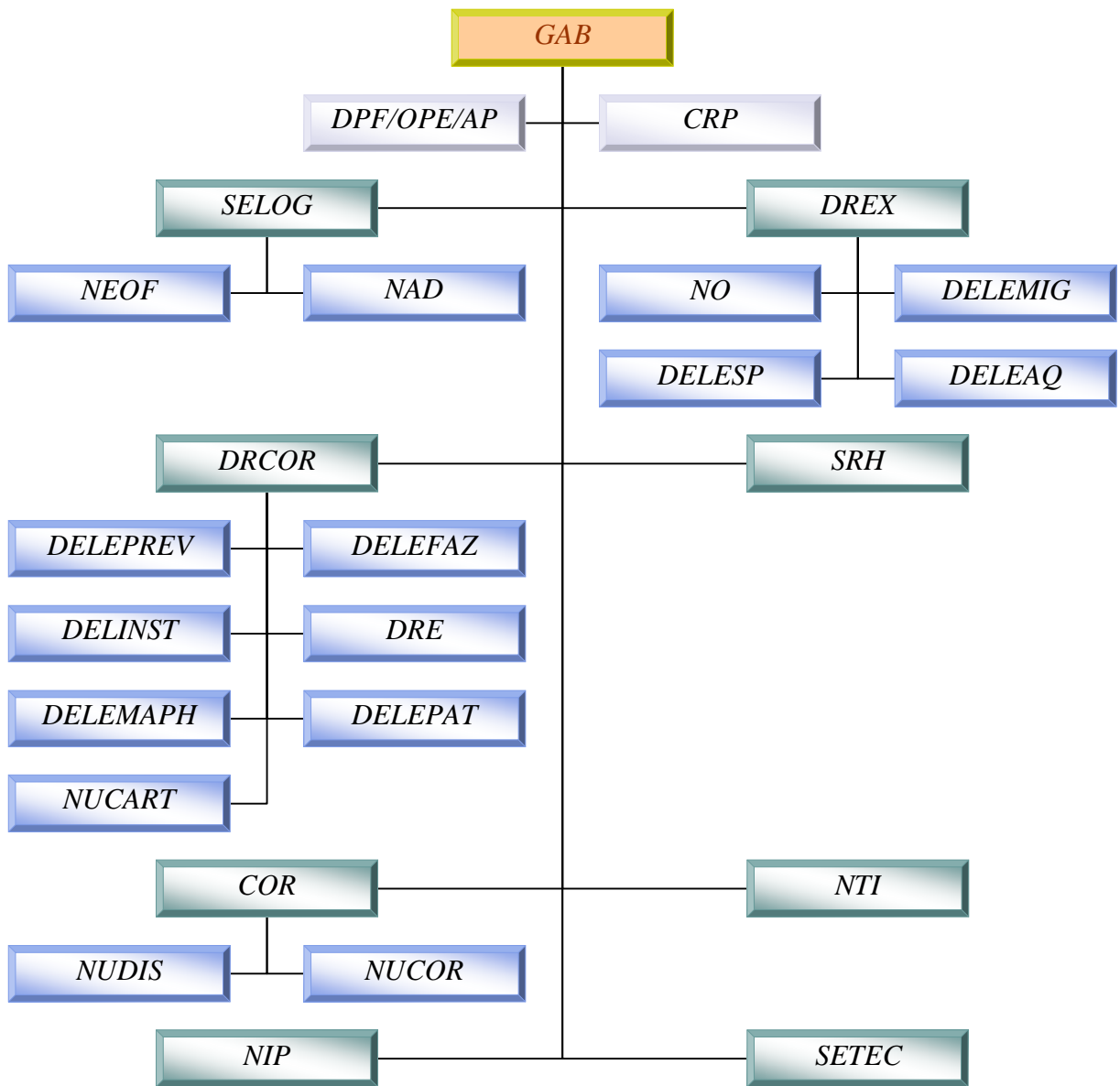
11.2 - Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	45
12. Gestão de Tecnologia da Informação	46
12.1 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	46
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	46
13.1 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	46
QUADRO XXXV – DESPESAS PAGAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR SUPRIDO (DESPESAS DE PEQUENO VULTO)	46
QUADRO XXXVI – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR (REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO)	47
QUADRO XXXVII – DESPESAS DE PEQUENO VULTO COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO – (SÉRIE HISTÓRICA)	47
ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	47
14.1 - Não se aplica a UJ	47
15. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno	47
15.1 - Deliberações do TCU atendidas no exercício	47
Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.	47
15.2 - Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	47
Não ocorreram deliberações do TCU.	47
15.3 - Recomendações do OCI atendidas no exercício	47
Não ocorreram deliberações do OCI	47
15.4 - Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	47
Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final de 2010.	47
CONCLUSÃO	48
Relação de ANEXOS	49
I. Declaração do Contador responsável com Ressalva	50
II. Tabela de arrecadação do FUNAPOL - por unidade gestora em 2011	51
III. Representação Gráfica da Arrecadação do FUNAPOL	52

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AP – Amapá
CGU – Controladoria-Geral da União
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)
DLOG – Diretoria de Logística e Administração Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/OPE/AP – Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque
ICAO - Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, International Civil Aviation Organization - ICAO)
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
n/a – não aplicável
n/d – não disponível
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor de Logística e Administração Policial
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SR – Superintendência Regional
SRH – Setor de Recursos Humanos
SR/DPF/AP – Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

Organograma Funcional - Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011

Quadro I – Organograma Funcional



A estrutura organizacional das Superintendências Regionais está disposta nos anexos do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pelo Ministro de Estado da Justiça através da Portaria MJ nº Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU nº 01, Seção 1, de 02 de janeiro de 2012, sendo o ANEXO IV a composição da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá - SR/DPF/AP.

ANEXO IV

I – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ – SR/DPF/AP:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
 - b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
 - c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
 - d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
 - e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG;
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF; e
 - 2. Núcleo Administrativo – NAD;
 - f) Delegacia Regional Executiva – DREX;
 - 1. Núcleo de Operações – NO;
 - 2. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
 - 3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ; e
 - 4. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
 - g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR;
 - 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
 - 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas – DELEPAT;
 - 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
 - 4. Delegacia de Repressão a Drogas – DRE;
 - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
 - 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST; e
 - 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
 - h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR;
 - 1. Núcleo de Disciplina – NUDIS;
 - 2. Núcleo de Correções – NUCOR; e
- II – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL NO OIAPOQUE – DPF/OPE/AP.

As competências e atribuições a seguir discriminadas constam do supracitado Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pelo Ministro de Estado da Justiça através da Portaria MJ nº Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU nº 01, Seção 1, de 02 de janeiro de 2012:

“Art. 20. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;

V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

Art. 21. Os Conselhos Regionais de Polícia, presididos pelos respectivos Superintendentes Regionais, são entidades consultivas destinadas a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito de cada Superintendência Regional, e a opinar nos assuntos de relevância institucional, tendo como membros o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, o Corregedor Regional, o Chefe da Unidade de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial e até 3 (três) Chefes de Delegacias Descentralizadas.

Art. 24. Às Delegacias, Setores, Núcleos e CIAPA, compete:

I - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;

II - executar operações policiais específicas e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso;

III - cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e

IV - dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores.”

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá no exercício de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, das Decisões Normativas TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010 e 117 de 19 de outubro de 2011 e da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 108/2010, observadas as orientações constantes da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, ou seja:

Informações de identificação da unidade jurisdicionada;

Planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade;

Movimentação e saldos de restos a pagar;

Recursos humanos da unidade;

Funcionamento do sistema de controle interno da UJ;

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros;

Gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ;

Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/AP opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações obtidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no Departamento de Polícia Federal também serão respondidos de forma centralizada a partir das informações prestadas pela Diretoria de Gestão de Pessoal.

Os itens 3, 14 e 16 da Parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/AP não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Não houve recomendações da Controladoria-Geral da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes

de atendimento no exercício de 2011.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá está estruturada em onze (11) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência Regional, por (01) uma Delegacia de Polícia Federal Descentralizadas, localizada no município de Oiapóque, além de (09) nove Delegacias Especializadas (Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos, subordinadas a Delegacia Regional Executiva e Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Drogas, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas, subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado), Corregedoria Regional de Polícia Federal, contando ainda com (03) tres Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e (08) oito Núcleos (Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo Administrativo, Núcleo de Operações, Núcleo de Cartório, Núcleo de Disciplina e Núcleo de Correções).

Além das unidades descritas acima, estão subordinados à Superintendência Regional da PF no Amapá, conforme diretrizes apontadas pela Direção Geral da PF, as seguintes unidades: Grupo Técnico de Edificações-GTED, Grupo Especializado em Bombas e Explosivos-GBE, Grupo Especial de Polícia Marítima-GEPOM, Grupo de Identificação-GID, Comissão Permanente de Segurança Orgânica-CPSO, Comissão Permanente, Descentralizada de Avaliação de Documentos-CDAD e ainda o Comitê de GesPública, este último com a finalidade de desenvolver os trabalhos de implementação do Plano de Melhoria da Gestão no âmbito da SR/DPF/AP.

Para operacionalização das atividades do Grupo Especial de Polícia Marítima-GEPOM, foi assinado, em 28/12/2011, ACORDO DE COOEPRAÇÃO TÉCNICA entre o Departamento de Polícia Federal e a Companhia Docas de Santana, cujo objeto é a cooperação técnica, operacional, administrativa e financeira entre as partes para implementar e operacionalizar nas vias navegáveis de responsabilidade da CDSA, entre outras, as atividades do Grupo Especial de Polícia Marítima da Polícia Federal no Estado do Amapá, objetivando a prevenção e a repressão a ilícitos na esfera da competência da União e da atribuição da Polícia Federal, tais como a imigração ilegal, a poluição, a extração e transporte ilegal de madeira, o contrabando e o descaminho, o tráfico de drogas e o de seres humanos, bem como o apoio às ações de busca e salvamento nas referidas vias navegáveis, observando ainda a descrição detalhada contida no Anexo I – Plano de Trabalho, do acordo em comento, cujo extrato foi publicado no DOU nº 2, de 03 de janeiro de 2012, Seção 3, página 95.

Cabe destacar que, segundo estimativa do IBGE, que pode ser verificada no sítio <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=estimativa2011>, a população do estado do Amapá registrou aumento de 14.783 (quatorze mil, setecentos e oitenta e três) habitantes, saltando de 669.526 para 684.309 habitantes, sendo o estado do Amapá o de segunda menor população, ficando atrás apenas do estado de Roraima. Neste contexto, poderemos observar, através da planilha de arrecadação das unidades do DPF que compõe um dos anexos deste relatório, que a arrecadação da SR/DPF/AP corresponde à apenas 0,32% (zero vírgula trinta e dois por cento) de toda arrecadação do Fundo para aparelhamento e operacionalização da atividade fim da Polícia Federal (FUNAPOL). Planilha esta disponível na intranet da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF: <http://intranet.dpf.gov.br/cof/servicos/relatorios-de-arrecadacao/Por%20UG%202011.pdf>.

Principais realizações da gestão no exercício:

Como resultado dos trabalhos do Departamento de Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No exercício de 2011 a Superintendência Regional no Amapá deu sequência aos trabalhos desenvolvidos no exercício anterior priorizando o combate ao crime organizado, combate aos crimes ambientais (repressão à extração e fabricação ilegais de palmito, repressão à pesca ilegal, repressão à extração e venda ilegais de madeira) e as atividades relacionadas às áreas de defesa institucional, voltadas à garantia da ordem e da cidadania.

Ampliou o combate aos crimes de corrupção e desvios de dinheiro público, não deixando de canalizar esforços contínuos no combate a outras tipificações, não menos importante, porém de menor incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, eleitorais, , em conjunto às demais forças de segurança e órgãos de controle no Estado.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 438 (quatrocentos e trinta e oito) Inquéritos Policiais e relatados 478 (quatrocentos e setenta e oito), o que resulta uma produtividade de 109% (cento e nove por cento), ficando em aberto (em andamento) 351 (trezentos e cinquenta e um) IPL's.

Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ:

Podemos citar como uma das principais dificuldades da UJ para realização dos objetivos o reduzido efetivo no que tange ao quadro de servidores administrativos (servidores do plano especial de cargos-PECPF).

Em que pese tenha ocorrido reajuste na cota orçamentária destinada a locação de mão-de-obra, este reajuste foi consumido principalmente com a repactuação dos contratos já existentes, cabendo observar também que, em razão das especificidades dos serviços prestados pela Polícia Federal, de acordo com sua competência e missão institucional, o serviço prestado por mão-de-obra terceirizada não transmite à sociedade a mesma segurança do serviço executado por servidor efetivo.

Destacamos ainda as limitações orçamentárias impostas pelo do Decreto Presidencial nº 7446/2011 e Mensagem Oficial-Circular nº 07/2011 da Diretoria de Logística Policial da PF, que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, como podemos observar no quadro comparativo abaixo, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Quadro II – Comparativo das cotas orçamentárias nos dois últimos exercícios

UG	PI	ND	COTAS 2010 (R\$)	COTAS 2011 (R\$)	
200356	702T-09	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	150.000,00	52.691,91
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	250.000,00	300.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	420.000,00	147.537,35
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	120.000,00	5.000,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	950.000,00	1.200.000,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	400.000,00	700.000,00
		Total – Tesouro			

A- CONTEÚDO GERAL

1. Identificação do Relatório de Gestão Individual

Quadro III - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amapá			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Amapá			
Código SIORG: 01513	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200134	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 3213-7500	(096) 3213-7504	(096) 3213-7501
E-mail gab.srrp@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Ernestino Borges, 1.402 – Jesus de Nazaré – Macapá – AP – CEP 68900-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Portaria nº 256, de 19/05/65 BS de 24/08/65			
Transformada em Superintendência pelo: Lei 8.715/93 - DOU. 192, de 05/06/72			
Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal;			
FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30.11.2011, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Utilização do Sistema SISCART – Sistema Cartorário.			
Com relação aos serviços oferecidos pela unidade, pode-se obter informações na página www.dpf.gov.br			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200402	SR/DPF/AP – Administração da Unidade		
200403	SR/DPF/AP - Fundo para aparelhamento e operacionalização da atividade fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI das Unidades Gestoras		Código SIAFI da Gestão	
200402		00001	
200403		00001	

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amapá.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência no Amapá exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição. Os elementos de conjuntura para a tomada de decisão englobaram a determinação da Direção Geral do DPF, com o apoio do Governo Federal, em combater a corrupção, o tráfico ilícito de entorpecentes e combate aos fatores que diminuem a arrecadação fiscal do País, dentre outros, além de aumentar a segurança da população. Para tanto, procurou-se

estruturar a UJ de modo que os servidores tenham adequadas condições de infraestrutura para cumprir as funções constitucionais.

2.1.2) Objetivos estratégicos

No ano de 2011 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos para instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão, buscando a adesão e inserção de suas unidades no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, recebendo deste Ministério a certificação do nível de gestão baseado no modelo GesPública. O reconhecimento é fruto das autoavaliações realizadas desde o exercício de 2010 nas 27 superintendências da PF e na Academia Nacional de Polícia.
- ✓ Combate à Corrupção, que culminou com a deflagração de diversas operações, sempre ombreada com os órgãos de controle (TCU, CGU, MPF, AGU e outros), visando coibir a prática desse crime e recuperar a confiança da população brasileira no que tange às instituições democráticas constituídas;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

A Direção Geral do DPF instituiu, através da Portaria 1990/2010-DG/DPF, o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, tendo como atribuições, dentre outras: coordenar as atividades da gestão estratégica; propor e orientar a implantação da Metodologia de Gestão Estratégica da Polícia Federal – MGE/PF, promovendo sua constante atualização e disseminação; propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários; orientar as unidades centrais e descentralizadas acerca da utilização da MGE/PF; dentre outras.

Ademais, vale dizer, que toda atuação da instituição se foca no atendimento da sua MISSÃO institucional que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência do Amapá priorizou a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial, Controladoria Geral da União-CGU, Tribunal de Contas da União-TCU e outros. As operações de repressão a crimes de: contrabando, tráfico de entorpecentes e armas, contra o patrimônio público, crimes ambientais, tráfico de seres humanos, pedofilia, foi realizado trabalho em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, foi dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - IBAMA, INSS, DNPM, COAF, ANATEL e MINISTÉRIO DO TRABALHO, dentre outros.

Finalmente cabe destacar que a Polícia Federal, aproveitando o gancho das inovações tecnológicas e dos diversos sistemas de comunicação, vem buscando aproximar-se cada vez mais do cidadão, estando presente também nas redes sociais através dos aplicativos: twitter.com/agenciapf, facebook.com/departamentodepoliciafederal e youtube.com/pfnatela

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado.

O planejamento e a execução das operações foram desenvolvidos no âmbito da Superintendência Regional no Estado do Amapá (SR/DPF/AP), observando às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal está inserida no OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

Para atingir o objetivo supracitado pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio denominado “Brasil sem violência”, uma das metas do plano de governo, tendo a Direção Geral da Polícia Federal, através do Centro Integrado de Gestão Estratégica, eleito os seguintes objetivos institucionais e ações estratégicas:

- Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica: Planejamento estratégico – Gestão de processos – Gestão de projetos – Avaliação de desempenho – Modelagem organizacional – Gestão do conhecimento – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação – Garantia da segurança institucional;
- Valorizar o Servidor: Gestão por competência - Assistência à saúde do servidor;
- Ampliar a Credibilidade Institucional: Proteção da imagem institucional - Difusão da comunicação interna e externa - Desenvolvimento da responsabilidade socioambiental;
- Reduzir a Criminalidade: Prevenção à criminalidade – Repressão a organizações criminosas – Atuação policial em grandes eventos – Gestão da qualidade da prova – Aperfeiçoamento dos procedimentos de polícia judiciária – Efetivação de mecanismos de análise e inteligência policial;
- Promover a Cidadania: Defesa dos direitos humanos – Otimização dos serviços ao usuário/cidadão – Individualização do cidadão – Controle regulatório e fiscalizatório;
- Incrementar os Acordos e Parcerias: Alianças internacionais – Cooperação nacional;
- Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais: Gestão de obras e infraestrutura – Racionalização da gestão logística;
- Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação: Alinhamento da TI à gestão policial – Melhoria da infraestrutura e serviços de TI e telecomunicações;
- Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico: Gestão orçamentária e financeira – Uniformização orçamentário-financeiro-contábil.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão:

Visando cumprir as diretrizes da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal, tomando-se por base os objetivos institucionais e ações estratégicas listados no tópico acima, a Superintendência da Polícia Federal no Amapá adotou ao longo do exercício de 2011 uma política de austeridade no que tange à utilização dos recursos destinados à administração da unidade, onde podemos destacar:

* Controle efetivo da utilização das linhas telefônicas, através do cadastramento de senhas pessoais/institucionais, somente para servidores efetivos, além da utilização de canais de voz e dados para comunicação com as demais unidades (SKYPE, CHAT, MESSENGER, VOIP, VIDEOCONFERÊNCIA, e-mail's);

* Controle e redução no consumo/gasto com energia elétrica, com ações de conscientização dos servidores para uso racional desse recurso;

* Redução no consumo e utilização de água encanada com a reforma das instalações hidro-sanitárias;

* Redução no gasto com passagens aéreas e diárias, respeitando os prazos mínimos previstos em decreto para aquisição das passagens e estabelecendo como prioridade o atendimento às operações permanente, respeitado as determinações contidas no Decreto nº 7446/2011, incentivando a participação dos servidores em cursos de capacitação na modalidade à distância e/ou através de VIDEOCONFERÊNCIAS;

* Maior rigor e efetivo controle na utilização das viaturas, reduzindo o consumo de combustível e o custo com a manutenção das mesmas;

* No que tange ao bem estar do servidor, buscou-se dar continuidade à construção do prédio anexo da Superintendência, rescindindo o contrato firmado com a empresa que havia abandonado o canteiro de obras e estabelecendo nova contratação para conclusão do remanescente da obra, após análise da CJU/CGU/AGU/AP, visando proporcionar aos servidores e usuários melhores condições de trabalho, saúde e higiene;

* Quanto ao aspecto operacional, buscou-se maior aproximação com os órgãos de segurança pública e controle que atuam no âmbito do estado do Amapá, que culminou com a prisão de diversos criminosos e apreensão de drogas e armas, listadas ao longo deste relatório, e nas ações específicas;

* Cabe destaque ainda as ações desenvolvidas no exercício 2011, com especial destaque para a operação VOUCHER, que desarticulou quadrilha especializada em desvio de recursos públicos e corrupção.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

Os programas de governo são gerenciados pelas diretorias correlatas da Polícia Federal e constarão do relatório de gestão do órgão central.

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Sob responsabilidade do órgão central

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO IV - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2012
200402	09	272	0089	0181	OP	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	09	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
200403	06	183	0662	2720	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	128	0662	4572	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	1353	7L82	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	1353	8979	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	1353	8980	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

Fonte: SIGPLAN – SIAFI >CONPT

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

⁴ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Tendo em vista que a SR/DPF/AP atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da SEDE a regionalização das referidas metas, apresentaremos a seguir o histórico da execução das ações supralistadas, de acordo com seus respectivos programas.

2.3.2.1 – Ação 0181 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União – UG 200402.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 3.673,47 (três mil, seiscentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) e refere-se a despesa com pagamento de auxílio funeral de servidor aposentado falecido em favor do herdeiro CPF nº 013.XXX.XXX-00, conforme o que consta do processo administrativo protocolizado nesta unidade sob o nº 08361.004704/2011-25.

Não foram identificados eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução deste Programa de Governo, ocorrendo os pagamentos dentro da normalidade.

2.3.2.2 - Ação 2000 – Administração da Unidade – UG 200402 e 200403.

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio, necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Em 17 de março de 2011, foi editado o Decreto nº 7.446, impondo à Administração Pública Federal contingenciamento orçamentário. À Polícia Federal restou a diminuição em 65% as cotas orçamentárias da UJ no que tange as diárias com pessoal civil e passagens aéreas na gestão tesouro (UG 200402 - crédito voltado à administração das unidades) e 29% em diárias policiais para o FUNAPOL (UG 200403). Isso impactou na capacidade de operacional, comprometendo o cumprimento da missão institucional do órgão, bem como na manutenção das atividades básicas de algumas unidades.

No âmbito da SR/DPF/AP procurou-se adequar as despesas aos créditos orçamentários disponibilizados, com restrições e contingenciamentos principlamente no gasto com diárias e passagens, estabelecendo sistema de centralização das notificações e intimações, onde estas eram programadas para ocorrer em deslocamento único, quando possível.

Dessa forma, o valor executado nesta ação o valor de R\$3.304.072,03 (três milhões, trezentos e quatro mil, setenta e dois reais e três centavos) na UG 200402 e de R\$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais) na UG 200403.

2.3.2.3 - Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública – UG 200403.

O valor executado nesta ação foi de R\$ 120.303,02 (cento e vinte mil, trezentos e tres reais e dois). Na Superintendência do Amapá, a exemplo de outras unidades do DPF, o controle na execução das despesas referentes às ações de caráter sigiloso é efetuado pelo Setor de Inteligência Policial, que presta contas à Diretoria de Inteligência Policial, localizada na Sede do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, predominando a utilização na forma de suprimento de fundos, sob o regime de execução especial, em razão da necessidade de preservar o caráter sigiloso na consecução das ações de inteligência.

Dessa forma, durante o ano de 2011, foram realizadas diversas operações no âmbito de atuação do Departamento de Polícia Federal em suas diversas competências no campo de polícia repressiva e judiciária.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano em comento, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio às diversas operações policiais deflagradas no âmbito do estado do Amapá, dentre as quais podemos destacar:

- Operação Sentinela: ação permanente da Polícia Federal, em âmbito nacional, com o objetivo de combater o tráfico de armas e entorpecentes, nos estados brasileiros fronteiriços: ao longo de 2011 as ações desta operação impediram a entrada de 60 (sessenta) quilos de cocaína no estado do Amapá, além de diversas outras apreensões realizadas no porto de Santana;

- Operação Carniça: em conjunto com a CGU/AP prendeu fraudadores que atuavam na FUNASA;
- Operação Afuá Verde: Fechamento de fábrica clandestina de palmito no igarapé do Jacaré próximo ao Rio Ipanema nas proximidades do município de Afuá/PA, juntamente com o IBAMA;
- Operação Maracá-Jipioca: Repressão à pesca ilegal;
- Operação PRACUUBA II: Repressão à extração e venda ilegais de madeira;
- Após meses de investigação, Policiais Federais da Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV, prenderam em flagrante, na tarde de quinta-feira, 28/04/11, R. M. dos S., 35 anos, fraudador do INSS;
- Operação 223: Combater a aquisição ilegal de armas por integrantes de quadrilha armada;
-
- Após cinco meses de investigação, a Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT, da Polícia Federal do Amapá, prendeu na tarde do dia 20 e manhã do dia 21/06/11, cinco pessoas (quatro homens e uma mulher) acusadas de fazerem parte de uma quadrilha que vinha praticando há pelo menos sete meses uma série de assaltos às agências dos Correios do Amapá;
- Operação Graduados: Combate ao tráfico de drogas;
- Operação Voucher: combate o desvio de recursos públicos e a corrupção;

2.3.2.4 - Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços de Interesses da União – UG 200403

O valor executado nesta ação no exercício de 2011 foi de R\$ 767.144,60 (setecentos e sessenta e sete mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos) sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID).

2.3.2.5 - Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – UG 200403.

O valor executado pela UJ no exercício de 2011 nesta ação foi de apenas R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), sendo operacionalizado pelo Núcleo de Treinamento e Desenvolvimento (NT&D) da SR/DPF/RJ em ações de capacitação na área fim/operacional, conforme quadro abaixo:

Quadro V – Ações de capacitação

CURSOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº DE SERV. BENEFICIADOS	PERÍODO	VALOR TOTAL
Cursos a Distância Ciclo 21 (09 CURSOS)	Fim/apoio administrativo	09	23/02 a 13/04/2011	Sem custo-
Cursos a Distância Ciclo 22 (09 CURSOS)	Fim/apoio administrativo	11	25/05 a 29/07/2011	Sem custo-
Cursos a Distância Ciclo 23 (05 CURSOS)	Fim/apoio administrativo	06	13/09 a 02/11/2011	Sem custo-
Treinamento do SIASG – Módulo SICAF	Apoio administrativo	01	29 a 30/03/2011	Sem custo
VIII Semana de Administração, Orçamentária e de Contratações Públicas	Apoio administrativo	05	01 A 05/08/2011	Sem custo na ação
Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e regularizações contábeis no SIAFI	Apoio administrativo	01	13 A 15/06/2011	Sem custo
II Curso de Gerenciamento de Bens Móveis e Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) e Regularização das Contas Registradas no SIAFI	Apoio administrativo	01	15 A 19/08/2011	Sem custo
Sistema e-log/patrimônio/almoxarifado - DPF	Apoio administrativo	01	01 A 10/10/2011	
Curso de Contratações Públicas Sustentáveis	Apoio administrativo	02	20 A 21/10/2011	R\$ 480,00
Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos	Apoio administrativo	03	07 a 11/11/2011	Sem custo na ação
Curso do novo CPR	Apoio administrativo	01	12 A 14/12/2011	Sem custo
Curso do novo CPR	Apoio administrativo	01	14 A 16/12/2011	Sem custo

Cabe esclarecer que, devido ao corte no Orçamento efetuado pelo Governo Federal para o Serviço Público, foram suspensas as solicitações de Capacitação externa, com ônus para o DPF ainda no primeiro semestre de 2011.

No programa de Modernização da Polícia Federal (1353), consta para a Superintendência Regional no Amapá as Ações 7L82-Construção do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, 8979-Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal e 8980-Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal.

2.3.2.6 - Ação 7L82 - Construção do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá.

A despesa empenhada nesta ação no exercício de 2011 foi de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo dita despesa inscrita em restos a pagar não processado em razão da data de assinatura do contrato, que ocorreu em 15/12/2011, tendo seu extrato publicado no DOU nº 245, de 22/12/2011, Seção 3, página 111, considerando o contido nos autos do processo administrativo nº 08361.002495/2010-02, nos termos do Contrato nº 012/2011-SR/DPF/AP, da Concorrência nº 01/2010-SR/DPF/AP.

2.3.2.7 - Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.

A despesa empenhada e liquidada nesta ação no exercício de 2011 foi de R\$ 17.810,74 (dezesete mil, oitocentos e dez reais e setenta e quatro centavos), conforme o que consta na nota fiscal nº 00066, emitida pela empresa Art Estrutural – LTDA, protocolizada nesta unidade sob o nº 08361.008372/2010-77, referente ao contrato nº 020/2009-SR/DPF/AP.

2.3.2.8 - Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal.

A despesa empenhada nesta ação no exercício de 2011 foi de R\$ 1.101.672,81 (um milhão, cento e um mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), sendo dita despesa inscrita em restos a pagar não processado em razão da empresa contratada não haver faturado/medido serviços no exercício, observando que a assinatura do contrato correlato, de nº 010/2011-SR/DPF/AP ocorreu em 26/10/2011, com a publicação de seu extrato ocorrendo no DOU nº 209, de 31/10/2011, Seção 3, página 108, conforme o que consta do processo administrativo protocolizado nesta unidade sob nº 08361.010976/2009-40.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora

Quadro VI - Identificação das Unidades Orçamentárias		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UG - UJ
Departamento de Polícia Federal	30108	200402
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades - Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200403

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Quadro VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação				Valores em R\$ 1,00	
UG: 200402 – TESOURO					
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2011	2010	2011	2010	
Licitação	2.706.621,17	2.163.696,70	2.706.621,17	2.000.785,99	
Convite	-x-	- x -	-x-	- x -	
Tomada de Preços	-x-	- x -	-x-	- x -	
Concorrência	-x-	-x-	-x-	-x-	
Pregão	2.706.621,17	2.163.696,70	2.706.621,17	2.000.785,99	
Concurso	-x-	- x -	-x-	- x -	
Contratações Diretas	324.427,08	303.812,03	324.427,08	303.812,03	
Dispensa	277.964,03	255.995,23	277.964,03	222.578,41	
Inexigibilidade	46.463,05	47.816,80	46.463,05	47.758,36	
Regime de Execução Especial	-x-	- x -	-x-	- x -	
Suprimento de Fundos	-x-	- x -	-x-	- x -	
Pagamento de Pessoal	116.231,72	171.397,22	116.231,72	171.397,22	
Pagamento em Folha	-x-	-x-	-x-	-x-	
Diárias	116.231,72	171.397,22	116.231,72	171.397,22	
Outras	-x-	-x-	-x-	-x-	

Fontes: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/AP.

Quadro VIII - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação				Valores em R\$ 1,00	
UG: 200403 – FUNAPOL					
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2011	2010	2011	2010	
Licitação	6.101.672,81	1.713.681,69		466.294,64	
Convite	-x-	- x -	-x-	- x -	
Tomada de Preços	-x-	134.467,30	-x-	134.467,30	
Concorrência	6.101.672,81	1.579.214,39	-x-	331.827,34	
Pregão					
Concurso	-x-	- x -	-x-	- x -	
Consulta	-x-	- x -	-x-	- x -	
Contratações Diretas	-x-	-x-	-x-	-x-	
Dispensa	-x-	-x-	-x-	-x-	
Inexigibilidade	-x-	- x -	-x-	- x -	
Regime de Execução Especial	122.118,59	186.389,23	122.118,59	186.389,23	
Suprimento de Fundos	122.118,59	186.389,23	122.118,59	186.389,23	
Pagamento de Pessoal	-x-	- x -	-x-	- x -	
Pagamento em Folha	-x-	- x -	-x-	- x -	
Diárias	767.969,03	852.722,67	767.969,03	852.722,67	
Outras	-x-	-x-	-x-	-x-	

Fontes: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/AP.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro IX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

UG: 200402 – TESOURO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
08 – Outros benefícios	-	-	-	-	-	-	-	-
91 – Sentenças Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
92 – Despesas de Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
- x -	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	3.121.395,36	2.621.771,27	2.907.499,79	2.609.790,20	386.273,17	170.959,83	2.506.525,71	549.345,73
37 – Locação de MO	1.087.059,50	1.065.216,22	1.087.059,50	1.065.216,22	72.834,60	10.419,35	1.014.224,90	6.849,25
39 – Outros Sv Terceiros - Pessoa	794.350,18	615.180,90	608.654,61	615.180,90	185.695,61	29.007,38	608.654,61	31.314,32
30 – Material de Consumo	376.173,92	476.295,56	376.173,92	476.295,56	99.542,96	131.523,96	48.034,44	58.084,64
93 – Indenizações e restituições	108.582,70	-	108.582,70	-	-	-	108.582,70	-
92 – Despesas de Exercícios	326.528,77	8.882,18	326.528,77	8.882,18	-	-	326.528,77	8.882,18
33 – Passagens e despesas com	277.048,23	251.135,97	251.048,23	251.135,97	26.000,00	9,14	251.048,23	251.135,97
14 – Diárias pessoal civil	116.231,72	171.397,22	116.231,72	159.416,15	-	-	116.231,72	159.416,15
36 – Outros Sv Terceiros –	30.103,22	30.163,22	27.903,22	30.163,22	2.200,00	-	27.903,22	30.163,22
47 – Obrig. Tribut e Contrib- Op.	5.317,12	3.500,00	5.317,12	3.500,00	-	-	5.317,12	3.500,00

Fonte: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/AP

Quadro X - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

UG: 200403 – FUNAPOL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
- x -	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
- x -								
3- Outras Despesas Correntes	907.898,36	1.039.559,80	907.898,36	1.027.390,33	-	447,90	907.199,56	1.027.390,33
14 – Diárias Pessoal Civil	767.969,03	852.722,67	767.969,03	841.001,10	-	-	767.270,23	841.001,10
39- Outros serv. De terceiro	31.154,19	25.478,63	31.154,19	25.478,63	-	-	31.154,19	25.478,63
92 – Despesas de Exercícios	17.624,57	-	17.624,57	-	-	-	17.624,57	-
30 – Material de consumo	4.764,40	14.650,60	4.764,40	14.650,60	-	-	4.764,40	14.650,60
36 – Outros Sv Terceiros –	86.200,00	146.260,00	86.200,00	146.260,00	-	-	86.200,00	146.260,00
47 – Obrigações Tributárias e	186,17	447,90	186,17	-	-	447,90	186,17	-

Fonte: SIAFI Gerencial. E NEOF/SR/DPF/AP

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

UG: 200402 – TESOURO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	159.448,49	15.801,44	48.589,78	15.801,44	110.858,71	-	48.589,78	15.801,44
52 – Equip e Mat Perm	159.448,49	15.801,44	48.589,78	15.801,44	110.858,71	-	48.589,78	15.801,44
39 – Outros Sv Terc - PJ	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
- x -	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
- x -	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/AP

Quadro XII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$

UG: 200403 – FUNAPOL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	6.101.672,81	1.713.681,69	6.101.672,81	1.713.681,69	6.101.672,81	1.247.387,05	112.303,14	466.294,64
51 – Obras e instalações	6.101.672,81	1.713.681,69	6.101.672,81	1.713.681,69	6.101.672,81	1.247.387,05	112.303,14	466.294,64
52 – Equip e Mat Perm	-	-	-	-	-	-	-	-
92 – Desp Ex Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
- x -	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	--	-	-	-	-	-	-	-
- x -	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e NEOF/SR/DPF/AP

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- Alterações significativas ocorridas no exercício

A Superintendência Regional registrou uma redução significativa das despesas com diárias e passagens do exercício de 2010 para 2011 em decorrência do contingenciamento estabelecido pelo Decreto nº 7.446 de 1º de março de 2011.

As despesas relacionadas com as obras do anexo sede da SR/DPF/AP, que havia parado com a abandono da obra pela empresa inicialmente contratada, foram retomadas com previsão de conclusão ainda no primeiro semestre de 2012.

Os aumentos observados nos contratos de Prestação de Serviços e Locação de Mão de Obra são decorrentes de repactuações contratuais, visando cumprir o reajuste de acordos coletivos das categorias contratadas. Ressaltamos que ditos contratos não serão renovados no exercício de 2012 em razão de terem atingido seus limites máximos de prorrogação, assim como em razão da necessidade de se reduzir quantidade de postos de trabalhos terceirizados, adequando os gastos da unidade ao orçamento disponibilizado após o contingenciamento.

Verificou-se um rigoroso controle nas despesas decorrente de Contratações Diretas, face às antigas recomendações da Controladoria Geral da União e plenamente acatadas pela administração da Unidade.

- Contingenciamento no exercício

Conforme mensagem circular nº 04/2011-DLOG/DPF de 02/03/2011, A DLOG/DPF alerta para o cumprimento do Decreto 7.446/11, publicado no D.O.U. de 01/03/2011, determinando aos gestores que observassem as regras estabelecidas nos Arts. 3º, 4º e 5º do referido diploma legal, que estabelecem, entre outras coisas, a necessidade de autorização ministerial para deslocamento de servidores e proibição de novas contratações, tais como: locação de imóveis; aquisição de imóveis; reformas de bens imóveis; aquisição de veículos; locação de veículos; e locação de máquinas e equipamentos.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

As medidas supracitadas geraram impacto na gestão desta Superintendência, contudo não impediram o desenvolvimento de Operações que demandavam despesas com diárias, assim como ampliação da capacidade administrativa.

- Outras questões relevantes

Não há.

2.4.3) Indicadores Institucionais

A atividade policial é por si só diferenciada de outros segmentos da administração pública, ganhando ainda maior singularidade a atividade no DPF. Desta forma, verifica-se uma natural dificuldade em se mensurar e estabelecer indicadores objetivos para descrever os resultados atingidos pela atividade-fim.

Percebendo esta dificuldade em criar os referidos indicadores, esta UG solicitou, por diversas oportunidades, apoio a Diretoria Logística (DLOG) do DPF, visando à implementação de indicadores de gestão. Tal procedimento visou atender a reiterada orientação da CGU no sentido de mensurar por meio de indicadores a eficácia, eficiência e efetividade das ações da unidade para alcançar os objetivos das políticas públicas, possibilitando, futuramente, um acompanhamento mais objetivo por parte da administração em relação aos trabalhos realizados.

Destaca-se ainda que além da especialização necessária para a adequada criação de indicadores, o desenvolvimento destes de forma individualizada por cada uma das UGs do DPF, aparentemente não se apresenta na decisão mais acertada, pois, seguindo a tendência da DLOG na adoção de medidas uniformes para gestão de logística (PROJETO GESTÃO NET), a criação de indicadores, individualmente, por cada UG, tenderia a acarretar retrabalho. Infere-se ainda que a definição de indicadores com metodologia uniforme para todas as UGs possibilitaria a apuração do desempenho das mesmas, a melhoria dos processos e o acompanhamento eficiente por parte da administração, valendo-se do Benchmarking.

O DPF, até o presente momento, não apresentou os indicadores institucionais a serem empregados, tendo a demanda desta UG sido encaminhada pela DLOG ao escritório de projetos da Divisão de planejamento e projetos do DPF.

Considerando que ainda não estão disponíveis os indicadores de gestão e seguindo ainda sugestão da Diretoria supracitada, visando dar transparência ao trabalho policial executado nesta UG, optou-se em apresentar neste relatório de gestão os dados estatísticos dos IPL's relatados e Laudos Periciais realizados no ano de 2011.

Quadro XIII – Relação entre IPL's Instaurados e Relatados

IPL's relatados, instaurados e em andamento nas unidades, no período de Janeiro a Dezembro de 2011, em ordem de classificação da razão Relatados/Instaurados.

SRs	Inst.	Rel.	Rel./Inst
MA	1.079	2.172	201%
RO	991	1.717	173%
BA	2.924	4.418	151%
PR	5.560	8.355	150%
RJ	6.740	9.103	135%
ES	859	1.158	135%
MG	5.202	6.890	132%
PB	948	1.205	127%
AC	763	948	124%
RR	695	839	121%
PA	2.300	2.724	118%
GO	1.485	1.664	112%
RN	1.164	1.298	112%
AM	1.294	1.439	111%
PI	1.110	1.216	110%
AP	438	478	109%
MS	2.055	2.211	108%
TO	698	748	107%
SP	15.105	16.165	107%
PE	1.525	1.630	107%
CE	1.905	2.026	106%
RS	3.769	3.979	106%
MT	1.998	2.092	105%
DF	2.177	2.130	98%
SC	3.051	2.891	95%
AL	844	788	93%
SE	635	549	86%
TOTAL	67.314	80.833	120%

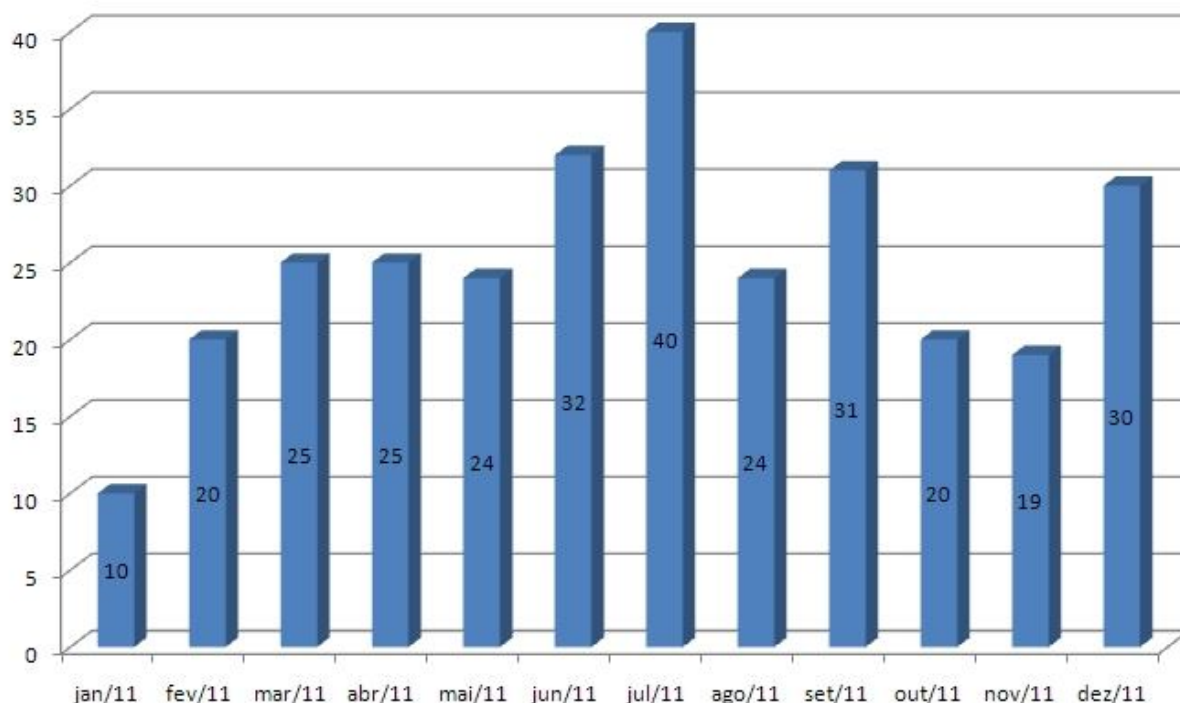
Conforme a tabela da página anterior, a SR/AP obteve uma razão de 109% do total de IPLs Relatados por IPL's instaurados em 2011, ficando próximo à média nacional de 120%. Tal resultado se deve à expressiva quantidade de

IPL's Relatados, que tinham sido instaurados em anos anteriores a 2011.

Fonte: Página da Corregedoria Geral de Polícia Federal:

<http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/>

Quadro XIV – Laudos emitidos no período de janeiro 2011 a dezembro de 2011 – Mensal



Quadro XV – Laudos emitidos em 2011 por área.

Área de Exame	Total
Perícias Contábeis e Financeiras	1
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	29
Perícias de Biometria Forense	1
Perícias de Engenharia	6
Perícias de Informática	81
Perícias de Local	28
Perícias de Meio Ambiente	19
Perícias de Química Forense	40
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	4
Perícias de Veículos	10
Perícias Documentoscópicas	74
Perícias Eletroeletrônicas	1
Perícias Merceológicas	3
TOTAL GERAL	297

2.4.4) Indicadores de arrecadação da UJ

Conforme dados extraídos do - SIAR, do Departamento de Polícia Federal, em 2011, no âmbito da unidade Descentralizadas (DPF/OPE/AP) e da SR/DPF/AP (capital), foi arrecadado pela UJ o montante de R\$1.458.061,35 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, sessentas e um reais e trinta e cinco centavos), - contemplando arrecadação relacionada a serviços de migração

e passaporte, nos serviços prestados pela Delegacia de Polícia de Imigração; na área de segurança privada prestados pela Delegacia de Segurança Privada (DELESP); e por meio dos serviços de registro, porte de armas, entre outros, realizados pelo Serviço Nacional de Armas (SENARM), - representando 0,32% (zero virgula trinta e dois por cento) da arrecadação total do Departamento de Polícia Federal, conforme tabela de arrecação que apresentamos em um dos anexos deste relatório.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.1100, 21212.1100, 21213.1100, 21215.2200 e 21219.2200 (segundo orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação nos Sistema Integrado de Administração Financeira no exercício de 2011, conforme consulta apurada no SIAG >CONRAZAO.

3.2) Análise Crítica

Não há.

4. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XVI – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
TESOURO – 200402				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	40.803,85	37.177,41	-	3.626,44
2009	37.562,76	-	385,35	37.177,41
FUNAPOL – 200403				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	147.884,98	-	147.884,98	-
2009	6.487,74	6.487,74	-	-
Restos a Pagar não Processados				
TESOURO – 200402				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	198.595,53	66.108,70	-	-
2009	295.725,13	195.373,56	78.058,72	22.292,85
FUNAPOL – 200403				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.247.834,95	-	112.303,14	1.135.531,81
2009	683.169,97	-	653.250,34	29.919,63
Fonte: SIAFI – NEOF/SELOG/SR/DPF/AP				

4.2) Análise Crítica

O saldo remanescente em 31.12.2011 – na UG 200402 – no que se refere a Restos a Pagar processados, é resultante dos serviços prestados com contratos continuados com término de vigência no exercício seguinte ou de faturas entregues após o encerramento do exercício.

O saldo remanescente em 31.12.2011 na UG 200402 – no que se refere a Restos a Pagar não processados são resultantes de notas de empenhos destinadas à aquisição de materiais que não foram entregues dentro do exercício, tendo o (s) fornecedor (s) solicitado prorrogação do prazo de entrega.

A despesa referente ao Contrato nº 010/2011-SR/DPF/AP, firmado com a BERNACOCOM LTDA, cujo objeto é a obra de construção do prédio anexo da SR/DPF/AP, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados em virtude de não ter havido medição/faturamento por dita empresa dos serviços contratados, conforme informação constante do subitem 2.3.2.7 - Ação 8980.

5. Recursos Humanos

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XVII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011			Quantidade	
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	148	148	02	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	148	148	02	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	148	148	02	14
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
3. Total de Servidores (1+2)	148	148	02	14

Fonte: SIAPE

Quadro XVIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	11
3.1. De ofício, no interesse da Administração	08
3.2. A pedido, a critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	01
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	12
4.1. Doença em pessoa da família	03
4.2. Capacitação	09
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-

5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	-
Fontes: SIAPE e SRH	

Quadro XIX – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro de 2011)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	Não há	Não há
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	Não Há	Não Há
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.4. Sem vínculo	Não há	Não há	Não Há	Não Há
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não Há	Não Há
2. Funções gratificadas	21	21	Não Há	Não Há
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	21	21	Não Há	Não Há
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não Há	Não Há
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não Há	Não Há
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	25	25	Não Há	Não Há
Fonte: SIAPE e SRH				

Quadro XX – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Mais de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	25	71	30	21	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	25	71	30	21	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	25	71	30	21	01
Fonte: SIAPE e SRH					

Quadro XXI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	01	03	02	29	113	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	01	03	02	29	113	-	-	-

1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	01	03	02	29	113	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pelo Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAP, da Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/AP, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF

Quadro XXII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro de 2011		
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	10	-
1.1 Voluntária	08	-
1.2 Compulsória	01	-
1.3 Invalidez Permanente	01	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	02	-
2.1 Voluntária	01	-
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	12	-

Fonte: SIAPE e SRH

Quadro XXIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011		
Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de
1. Aposentado	Não Há	Não Há
1.1. Integral	Não Há	Não Há
1.2. Proporcional	Não Há	Não Há
2. Em Atividade	Não Há	Não Há
3. Total (1+2)	Não Há	Não Há

Fonte: SIAPE e SRH

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXIV - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	05	05	05	05	28.923,80
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	11	11	11	11	37.440,15
3. Total (1+2)	16	16	16	16	66.363,95

Fonte: SIAPE e SRH

5.4 - Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro XXV - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores										Em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	16.169.859,97	150.658,11	1.303.227,53	654.578,34	533.645,02	324.507,50	40.336,87	-	47.298,22	19.224.111,56
	2010	17.159.134,86	149.271,64	1.430.892,67	675.308,71	584.762,45	179.805,95	31.477,63	11.311,83	51.884,98	20.273.850,72
	2009	14.684.684,03	132.217,60	1.244.970,36	618.100,85	239.744,96	76.477,84	52.529,17	121,31	16.932,42	17.065.778,54
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE e SRH

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.

A Superintendência da Polícia Federal no Amapá não dispõe de contrato de terceirização de mão-de-obra abrangendo cargos e atividades do plano de cargos ou do plano especial de cargos (PECPPF) do órgão.

5.5.2 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional, Autorizados;

5.5.3 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituições de Terceirizados

As informações dos subitens 5.5.2 e 5.5.3 constarão do Relatório de Gestão da Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central do Departamento de Polícia Federal.

5.5.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro XXVI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Amapá - SR/DPF/AP													
UG/Gestão: 200134/00001							CNPJ: 00.394.494/0010-27						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	16/2007	23.066.228/0001-80	01/07/2007	31/12/2011	12	12	NA	NA	NA	NA	P
2010	V	O	01/2010	17.428.731/0001-35	01/01/2010	31/12/2011	14	14	NA	NA	NA	NA	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro XXVII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Amapá - SR/DPF/AP

UG/Gestão: 200134

CNPJ: 00.394.494/0010-27

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identif. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	16/2007	23.066.228/0001-80	01/07/2007	31/12/2011	12	12	NA	NA	NA	NA	P
2008	7	O	06/2008	04.387.843/0001-43	01/02/2008	31/01/2012	NA	NA	6	6	NA	NA	E
2008	6	O	06/2008	04.387.843/0001-43	01/02/2008	31/01/2012	1	1	NA	NA	NA	NA	E
2009	5	O	01/2009	06.101.004/0001-42	01/02/2009	31/01/2012	NA	NA	1	1	1	1	P
2009	7	O	05/2009	03.940.283/0001-40	01/03/2019	28/02/2012	NA	NA	3	3	NA	NA	E
2010	3	O	01/2010	17.428.731/0001-35	01/01/2010	31/12/2011	14	14	NA	NA	NA	NA	P
2011	14	O	06/2011	415.334.962-34	11/01/2011	08/09/2011	1	1	NA	NA	NA	NA	E

Observação: Contrato nº 06/2011, referente à contratação de pessoa física para praticagem fluvial e auxílio à navegação para DPF/OPE/AP no Município de Oiapoque/AP.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoal informou que a Polícia Federal não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008.

Existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências serão criados os indicadores Gerenciais citados.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal (61) 2024.8482.

Não obstante à informação supra, apresentamos abaixo alguns indicadores regionais que entendemos, s.m.j., afetaram diretamente a força de trabalho da unidade:

➤ Absenteísmo;

Durante o ano de 2011, ocorreram 2.047 dias de ausências por LTS, o que representa quase 12,87 dias de afastamento por servidor ao ano.

➤ Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

a) LER, não houve.

b) 01 (um) Processo Especial de Acidente de Serviço instaurado.

➤ Rotatividade (turnover);

Ocorreu durante o ano o ingresso de 02 (dois) servidores, em virtude de nomeação, 14 (quatroze) desligamentos (egresso), sendo: 11 (onze) em virtude remoção, 01 (um) em razão de vacância e 02 (dois) em razão de aposentadoria.

➤ Educação Continuada;

Não houve

➤ ▪ Disciplina;

Não houve

➤ Aposentadoria versus reposição do quadro.

Não houve.

6.) Transferências

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá **não realiza** transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7.1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XXVIII – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **VANESSA MARINHO DA SILVA**, CPF nº **694.440.642-04**, **Agente Administrativo**, exercício na **SR/DPF/AP**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e parcialmente no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

RJ, 26 de março de 2012.

(VANESSA MARINHO DA SILVA)

(694.440.642-04)

(GESTORA DE CONTRATOS/SR/DPF/AP)

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas

Quadro XXIX - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	25	25	25
	Entregaram a DBR	25	25	25
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

8. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá vem cumprindo rigorosamente as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendias (DBR), são instados a fazê-lo anualmente, através da reprodução dos informativos e circulares da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Quanto à situação dos Recursos Humanos da UJ acrescentamos que, o quadro de servidores administrativos encontra-se extremamente defasado há anos, tendo em vista que os servidores mais antigos, oriundos de outros órgãos ou pertencentes à própria instituição, estão se aposentando sem que tenha ocorrido reposição. Atualmente contamos com 09 (nove) servidores administrativos que preencheram os requisitos para aposentadoria e permanecem em atividade, o que representa 30% (trinta por cento) da força de trabalho da área meio. Houve apenas um concurso público, no ano de 2004, para a área administrativa e alguns desses servidores estão na eminência de deixarem o departamento por terem sido aprovados em outros concursos com remuneração melhor e melhores condições de trabalho.

No início da atual administração foi desenvolvido um programa, visando planejar as concessões de licenças capacitações, com a finalidade de evitar acúmulos de afastamentos em períodos que possam comprometer o efetivo mínimo necessário para o desempenho das atividades funcionais desta unidade organizacional.

Obtivemos melhorias materiais (instalações, material, estrutural) e, com a conclusão da obra do anexo esperamos obter ainda mais, entretanto a carência de efetivo é sentida em todos os setores desta Superintendência Regional.

9. Sistema de Controle Interno

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XXX - Estrutura de controles internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Considerações gerais:

O DPF, por meio da Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2010, definiu os procedimentos para a constituição da Unidade de Controle Interno no âmbito das Superintendências de Polícia Federal nos Estados.

Esta IN estabeleceu que a unidade de controle interno – UCI permaneceria subordinada ao respectivo Superintendente Regional e vinculada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno, tendo como atribuição assessorar o dirigente da unidade descentralizada nas atividades de análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

Definiu ainda que a UCI seria constituída no mínimo pelo responsável pela unidade, e preferencialmente por mais um conformista de registro da gestão e um conformista contábil, sendo que o responsável pela UCI deverá ser necessariamente servidor público de carreira.

Na normativa ficou estabelecido ainda que a UCI será instituída e terá seus integrantes designados por ato do Diretor-Geral, após manifestação do Assessor de Controle Interno, mediante solicitação formal do Superintendente interessado.

Quanto às atribuições da UCI, as mesmas estão estabelecidas em seu art. 4º conforme transcrito abaixo:

“ Art. 4º. À UCI, sob demanda do Superintendente ou por detecção de necessidade, compete:

I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;

II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;

III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;

IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;

V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;

VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;

VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;

VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e

IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.”

Diante da publicação da referida IN, o DPF lançou a semente de uma estrutura de controle interno dentro das UGs, contudo ainda carente de uma especificação mais detalhada sobre o trabalho a desenvolver.

10. Sustentabilidade Ambiental

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XXXI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Nos processos licitatórios foram exigidos equipamentos com indicação de padrão de eficiência no consumo de energia elétrica com o selo PROCEL/INMETRO.					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Foram adquiridos condicionadores de ar, bebedouros e exaustores de ar, com indicação de padrão de eficiência no consumo de energia elétrica com o selo PROCEL/INMETRO do tipo “A” ou “B” com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica. As lâmpadas utilizadas nos prédios são de menor consumo (lâmpadas econômicas).					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A água mineral utilizada para consumo é adquirida através de garrações de 20 litros, a partir de recipientes retornáveis de longa duração.					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Os avisos são feitos através de comunicações oficiais e pela intranet.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Dando continuidade ao Programa de Neutralização de Redução das Emissões de Carbono no Estado do Amapá, Superintendência da Polícia Federal no Estado convidou a comunidade em geral para realizar o plantio de mudas de árvores, desta vez na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda Virgolino, localizada na Rua Fernando Oliveira, 3091, Novo Horizonte, Macapá-AP. O evento foi realizado dia 06/03/2011 às 9h e contou com a presença de diversas autoridades locais. As mudas de árvores foram doadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, dentre as quais, plantas ornamentais, palmeiras e oiti. Foram plantadas 130 mudas em Macapá e 220 mudas no município de Oiapoque/AP. Houve exposição e palestra com tema ligado à conscientização da preservação do meio ambiente.					X
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XXXII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AMAPÁ	10	10
	Macapá	05	05
	Av. Ernestino Borges, 1402 – Jesus de Nazaré	01	01
	Av. Felipe Camarão, 197 - Trem	01	01
	Av. Felipe Camarão, 201 - Trem	01	01
	Av. Treze de Setembro, 586 - Trem	01	01
	Av. Treze de Setembro, 592 - Trem	01	01
	Oiapoque	05	05
	Av. Barão do Rio Branco, 500 - Centro	01	01
	Rua Presidente Kenedy, 389 - Centro	01	01
	Rua Presidente Kenedy, 401 - Centro	01	01
	Rua Presidente Kenedy, 409 - Centro	01	01
	Rua Presidente Kenedy, 411 - Centro	01	01
Subtotal Brasil		10	10

Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	10	10
Fonte: NAD/SELOG/SR/DPF/AP		

Quadro XXXIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AMAPÁ	01	01
	Macapá	01	01
	Av. Ernestino Borges, 1.461	01	01
Subtotal Brasil		01	01
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	01
Fonte: NAD/SELOG/SR/DPF/AP			

Quadro XXXIV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ – UG 200134							
RIP	Reg.	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
0605.00168.500-6	13	BOM	868.156,20	06/12/2000	868.156,20	141.297,12	-x-
0605.00178.500-0	13	BOM	66.398,37	25/05/2000	66.398,37	-x-	-x-
0605.00175.500-4	13	BOM	66.398,37	25/05/2000	66.398,37	-x-	-x-
0605.00128.500-8	13	BOM	66.398,37	09/05/2001	66.398,37	-x-	-x-
0605.00129.500-3	13	BOM	66.398,37	09/05/2001	66.398,37	-x-	-x-
0609.00029.500-2	13	BOM	153.692,64	18/06/2001	153.692,64	34.780,00	-x-
0609.00028.500-7	13	BOM	26.401,02	18/06/2001	26.401,02	-x-	-x-
0609.00027.500-1	13	BOM	26.401,02	18/06/2001	26.401,02	-x-	-x-
0609.00031.500-3	13	BOM	26.401,02	13/06/2001	26.401,02	-x-	-x-
0609.00030.500-8	13	BOM	26.401,02	18/06/2001	26.401,02	-x-	-x-
Total						176.077,12	-x-
Fonte: NAD/SELOG/SR/DPF/AP – SIAFI - SPIUNet							

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade.

O prédio sede da Superintendência de Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá, está sendo ampliado com a construção do edifício anexo com objetivo de proporcionar aos servidores melhores acomodações e conseqüentemente melhores condições de realizar suas atividades e bem atender aos usuários, conforme o que consta do Contrato de nº 010/2011-SR/DPF/AP processo administrativo protocolizado nesta unidade sob nº 08361.010976/2009-40

O prédio que abriga a Delegacia de Polícia Federal no município de Oiapoque encontra-se em plenas condições de funcionamento, contando aquela unidade com regular contrato de manutenção predial e conservação e limpeza de suas instalações.

As residências funcionais em Macapá e no Município de Oiapoque passaram por reformas estruturais objetivando oferecer maior segurança às instalações, onde merece destaque a substituição do madeiramento e do telhado assim como das telhas de amianto por telhas de barro, em Macapá, e a substituição das telhas antigas por novas em Oiapoque. Ditas reformas foram realizadas no exercício de 2010.

12. Gestão de Tecnologia da Informação

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Em razão do contido no Plano Diretor de Tecnologia da Informação –PDTI, plano que contém a lista de projetos e ações de tecnologia das informações do DPF a serem executados no biênio de 2011 e 2012, e por tratar-se de ação de abrangência institucional, esta informação constará do relatório de gestão do órgão central do Departamento de Polícia Federal e está a cargo da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DPF.

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada no BS nº 244 a IN nº 011/2009-DG/DPF, Estabelecendo procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos, destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, revogando a IN nº 011/2009-DG/DPF.

Nos demonstrativos a seguir apresentaremos a forma de aplicação e concessão dos créditos destinados a atender despesas emergenciais com a utilização do cartão de crédito corporativo – cartão pagamento do governo federal – CPGF

Quadro XXXV – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido (Despesas de Pequeno Vulto)

Código da UG	200403	Limite da Utilização da UG				
		Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor	
Saque	Fatura					
G. C. W. C.	797.XXX.XXX-87		6.000,00	2.640,00	-x-	2.640,00
Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto				2.640,00	-x-	2.640,00
Total utilizado pela UJ				2.640,00	-x-	2.640,00

Fonte: SIAFI – NEOF/SELOG/SR/DPF/AP

Na UG 200402 não houve pagamento de despesas de pequeno vulto com cartão pagamento do governo federal.

Quadro XXXVI – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Regime Especial de Execução)

Código da UG Funapol	200403	
Regime Especial de execução	Valor Individual Concedido	Total Efetivamente aplicado
Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução	179.000,00	119.478,58
Total utilizado pela UG em 2010 sob o Regime Especial de Execução	215.000,00	186.389,23

Fonte: SIAFI – NEOF/SELOG/SR/DPF/AP

Com relação ao uso de cartão de pagamento do Governo Federal, a título de suprimento de fundos no exercício de 2011, houve uma redução de 17% no valor concedido e de 36% no valor efetivamente aplicado, se tomarmos como referência o ano de 2010, e, mesmo com a continuação da Operação Mãos Limpas de combate à corrupção no Estado do Amapá, não houve muitos gastos. Quanto às despesas de pequeno vulto não foram realizados grandes gastos por esta unidade gestora, devido ao planejamento anual realizado nesta Superintendência, e também aos contratos firmados com as empresas fornecedoras.

Quadro XXXVII – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo – (Série Histórica) – UG 200403

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	12	2.640,00	-x-	-x-	2.640,00
2010	01	80,00	01	80,00	80,00
2009	25	7.470,00	24	3.683,96	11.156,96

Fonte: SIAFI – NEOF/SELOG/SR/DPF/AP

ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

14.1) Não se aplica a UJ

15. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2011.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não ocorreram deliberações do TCU.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações do OCI atendidas no exercício

15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final de 2011

17 - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Não há.

CONCLUSÃO

O presente relatório de gestão, acima exposto, apresenta de forma sucinta as principais ações desenvolvidas no ano de 2011 e os respectivos resultados alcançados. Mesmo diante das limitações impostas pelas restrições orçamentárias e pela falta de recursos humanos, a Superintendência da Polícia Federal no Amapá conseguiu atingir os objetivos propostos pela administração. Tal objetivo foi obtido com o comprometimento de todos servidores e medidas administrativas que possibilitaram mitigar as limitações.

Diante do quadro que se apresenta para 2012, inclusive com a previsão de uma maior limitação orçamentária imposta pelo governo federal, o dirigente/ordenador de despesas da SR/AP espera cumprir os objetivos propostos pela administração central para o corrente ano, vencendo mais esta etapa na gestão da polícia judiciária da União no estado do Amapá.

Finalmente, cabe destacar que no exercício de 2012 passaremos por pleitos eleitorais municipais, fato que constantemente vem exigindo a atuação do Departamento de Polícia Federal, ombreada aos Tribunais Regionais Eleitorais e seus respectivos cartórios, visando garantir um processo eleitoral sem máculas ou vícios, possibilitando assim o efetivo cumprimento da cidadania pelo povo brasileiro, em especial pelo povo Tucuju.

ROBERTO MAIA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional

ANEXOS

- I. Declaração do Contador Responsável com Ressalva;
- II. Demonstrativo da Arrecadação do FUNAPOL por unidade gestora em 2011.
- III. Representação Gráfica da Arrecadação do FUNAPOL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AP - SR/DPF/AP	200402 - 200403
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SECONTRE/COF/DLOG/DPF

ARRECAÇÃO DO FUNAPOL POR UNIDADE GESTORA EM 2011		
UG	VALOR (R\$)	PERCENTUAL
ACRE	837.740,87	0,19
ALAGOAS	2.543.887,01	0,56
AMAZONAS	5.903.491,76	1,30
AMAPÁ	1.458.061,35	0,32
BAHIA	14.940.190,13	3,30
CAMPINAS	14.175.868,29	3,13
CEARÁ	9.509.123,70	2,10
DISTRITO FEDERAL	18.430.518,46	4,07
ESPÍRITO SANTO	8.969.885,63	1,98
FOZ DO IGUALÇU	2.574.478,22	0,57
GOIÁS	10.165.660,03	2,25
LONDRINA	5.937.380,66	1,31
MARANHÃO	4.302.698,15	0,95
MINAS GERAIS	36.705.299,83	8,11
MATO GROSSO DO SUL	4.082.572,73	0,90
MATO GROSSO	4.006.957,30	0,89
PARA	6.374.858,21	1,41
PARAÍBA	3.487.315,39	0,77
PERNANBUCO	11.170.915,92	2,47
PIAUI	1.616.176,30	0,36
PARANÁ	18.903.627,89	4,18
RIO DE JANEIRO	63.581.727,63	14,05
RIO GRANDE DO NORTE	4.139.056,96	0,91
RONDÔNIA	2.118.568,53	0,47
RORAIMA	1.365.170,65	0,30
RIO GRANDE DO SUL	25.675.235,40	5,67
SANTA CATARINA	17.720.080,05	3,92
SERGIPE	2.065.643,97	0,46
SÃO PAULO	139.177.782,16	30,76
SANTOS	9.271.969,18	2,05
TOCANTINS	1.220.314,81	0,27
TOTAL	452.432.257,17	100,00

OBSERVAÇÃO: Dados extraídos do SIAR e contemplam apenas as receitas relacionadas aos serviços de migração, segurança privada, armas e parcialmente dos aluguéis

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS DADOS DE ARRECADAÇÃO DO FUNAPOL EM 2011

